

Apoio da área militar ao documento dos devedores

Ao analisar ontem, na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, no Rio, o problema da dívida externa do País, o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), brigadeiro Waldir Vasconcelos, defendeu uma reforma do sistema financeiro internacional.

Ao referir-se aos reajustes da *prime rate*, taxa de juros flutuante que é fixada pelos bancos dos Estados Unidos, fazendo oscilar a dívida externa à revelia do governo brasileiro, o brigadeiro afirmou, na primeira manifestação de um ministro militar de apoio à renegociação da dívida externa:

— Nós tomamos empréstimo a uma taxa de juros e, na execução da operação financeira, a taxa de juros varia sem que sequer nós possamos opinar, e isto é muito injusto, principalmente porque o Brasil tem demonstrado a sua decisão de se esforçar dentro de seus limites para pagar a sua dívida.

O ministro-chefe do EMFA apoiou a decisão do governo brasileiro de formalizar uma posição comum, junto com México, Argentina e Colômbia, em defesa da mudança das políticas financeira e comercial, para ampliar o acesso de seus produtos aos mercados internacionais.

Ele considerou válida a nota conjunta, em que Brasil, México, Argentina e Colômbia enfatizaram a necessidade de haver melhores prazos de amortização de suas dívidas, redução da taxa de juros e instituição de períodos determinados e suspensão das prestações:

O Brasil está dentro da recessão econômica mundial e é um dos poucos que têm capacidade de sair dessa situação. E o esforço nacional é dirigido para sair dessa recessão, para evitar o desemprego, para assegurar condições de bem-estar à população.

Após situar o Brasil entre as nações que destinam menor porcentagem do seu Produto Interno Bruto (PIB) para o orçamento das Forças Armadas, o brigadeiro afirmou que “isso acontece porque a área social precisa de mais recursos, o homem brasileiro tem de ser amparado, o que, se é meta prioritária em qualquer conjuntura, se torna mais relevante em um quadro de dificuldades internacionais e nacionais”.

O ministro acrescentou que, “conscientes das necessidades da área social, a Forças Armadas têm aceitado as restrições orçamentárias, mas fazem o máximo dentro do possível, como a nacionalização crescente do material”.

O ministro voltou a criticar o “crescimento desordenado da população brasileira”, e ao analisar o problema das grandes áreas não habitadas da região amazônica, disse:

— A ocupação da Amazônia terá de ser feita com homens brasileiros, preparados fisicamente para tal objetivo, e a necessidade de isso ser feito, com as condições adequadas, não torna menos problemática a superpopulação de outras regiões, que surgiu através da paternidade irresponsável.